

ACTA N.º 03/05

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e cinco, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, reuniu, no Auditório Municipal, sito na Av. José Henriques Vareda, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto um** – Apreciação e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal;
- Ponto dois** – Grandes Opções do Plano e Proposta do Orçamento para 2006;
- Ponto três** – Nomeação de representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal para autorização de instalação ou modificação de estabelecimentos de comércio e retalho e comércio por grosso em livre serviço e instalação de conjuntos comerciais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 7.º da Lei n.º 12/2004 de 30 de Março;
- Ponto quatro** – Actividade Camarária;

O **Presidente da Assembleia Municipal** começou por saudar e agradecer a presença de todos. De seguida, fez referência ao pedido de substituição do deputado do PS, Curto Ribeiro, que foi substituído pelo deputado António André. Relativamente ao correio recebido informou que estava à disposição dos deputados que o quisessem consultar. Seguidamente, colocou à votação a acta n.º 2 de 19 de Novembro de 2005, que, após alteração (na pág. 4) do nome do deputado Pedro Saraiva por João Saraiva, foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente anunciou que se ia dar início ao período de antes da ordem do dia.

O deputado do BE, **João Saraiva**, referiu algumas questões que considerava estruturais para o desenvolvimento da Marinha Grande, nomeadamente, o mercado municipal, a hipotética conversão dos terrenos do ACM em superfície comercial e alteração do PDM, e também aos lotes da Cerca. No respeitante ao novo mercado municipal disse que o preocupava a questão económica/financeira, pelos prejuízos que aquela construção tinha acarretado para o exercício financeiro da Câmara Municipal, bem como os graves erros técnicos da obra, dado que não foram respeitados enquadramentos arquitectónicos e de organização funcional do espaço. Referiu que era importante que o executivo explicasse à Assembleia e aos marinhenses o que estava previsto para o novo edifício do mercado, alertando que não podiam acontecer mais situações como aquela. Relativamente aos terrenos da ACM disse que considerava insuportável mais uma estrutura comercial a construir naquele espaço, e que lhe parecia que os interesses particulares estavam a prevalecer sobre os interesses gerais da população. Neste sentido, apelou ao executivo que definitivamente tomasse posição relativamente a esses terrenos, questionando se equacionavam a possibilidade de alteração do PDM.

Por fim, questionou sobre o que estava previsto em termos de organização urbana do centro da cidade, uma vez que aquilo que foi previsto pelo executivo anterior estava agora a ser equacionado. Reforçou que era importante que se tomassem decisões urgentemente, por considerar que equacionar o desenvolvimento do centro de qualquer cidade era moroso.

O deputado da CDU, **José Luís Sousa**, apresentou uma moção que se encontra como anexo n.º 1 à presente acta.

O deputado da CDU, **Artur Marques**, apresentou uma saudação ao 18 Janeiro que se encontra como anexo nº 2 à presente acta.

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou os deputados se se pretendiam pronunciar sobre as moções em discussão.

O deputado do PS, **Oswaldo Castro**, referiu que a moção apresentada pelo deputado José Luís, respeitante ao Orçamento de Estado, era uma moção tipo que estava a ser apresentada pela CDU em todo o País, que na sua opinião, dado o contexto actual, não tinha justificação. Informou que o PS ia votar contra, por considerar que não se tratava de uma moção responsável.

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a moção à votação, resultando a sua aprovação por maioria com 13 votos favoráveis, 8 voto contra e 1 abstenção. Seguidamente anunciou que se ia dar início à discussão da Ordem de Trabalhos.

PONTO UM - APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal informou que não era possível a discussão do 1º ponto, em virtude da Comissão nomeada para o efeito não ter reunido, solicitando aos respectivos membros que esclarecessem para quando previam ter disponível o novo regimento para discussão e aprovação.

A primeira secretária da Assembleia Municipal, **Susana Domingues**, membro da Comissão, começou por esclarecer que não houve oportunidade de reunir por dificuldade de consenso de agendas. Deu conta que iriam reunir na semana seguinte à data da sessão e que esperavam poder apresentar o Regimento na próxima sessão da Assembleia.

A deputada do PS, Catarina Castro, tomou assento na Assembleia pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos.

O deputado **Oswaldo Castro** disse que não obstante compreender as dificuldades referidas, não achava correcto que não se votasse o Regimento na primeira sessão da Assembleia, reforçando que era a primeira vez que ocorria desde há muitos mandatos.

O deputado **João Saraiva** lamentou que não fosse discutido o regimento, uma vez que tinha propostas a fazer com vista à introdução de medidas para modernizar o funcionamento da Assembleia. Acrescentou que considerava que algumas das dificuldades de funcionamento da Assembleia se deviam ao facto de não existir uma comissão permanente, em que estivesse representado um elemento de cada grupo parlamentar e o próprio Presidente da Assembleia.

O deputado **Pedro André** referiu que não foi por culpa do PSD que a Comissão designada não reuniu, e que havendo responsabilidades, que as apurassem.

A primeira secretária da Assembleia, **Susana Domingues**, esclareceu que apesar da disponibilidade demonstrada por todos em reunir, houve dificuldade em conciliar

agendas. Acrescentou que tinham um regimento base, e que agora era necessário conciliar as propostas que iriam ser introduzidas, com vista à redacção final do mesmo.

O deputado da CDU, **Saúl Fragata**, comentou que considerava aceitáveis as justificações apresentadas, concordando que no mês de Dezembro havia pouca disponibilidade para reunir.

O deputado da CDU, **Fernando Alves**, referiu que os assuntos deviam ser tratados com responsabilidade e a partir do momento que as pessoas eram nomeadas para cumprir determinadas tarefas, se concluíssem que não tinham disponibilidade, deviam contactar os partidos que as nomearam e solicitar a sua substituição.

O **Presidente da Assembleia** pediu aos deputados que tivessem em consideração o facto dos elementos da Comissão terem simultaneamente outros empregos e ocupações e que a quadra do ano dificultava o ajustamento de disponibilidades. Acrescentou que até ser discutido estava em vigor o anterior Regimento da Assembleia, e que esperava que na próxima sessão a Comissão apresentasse aquele trabalho.

Posto isto, anunciou que se ia passar ao 2º ponto da Ordem de Trabalhos, solicitando ao Presidente da Câmara que esclarecesse o motivo da documentação não ter sido distribuída.

PONTO DOIS - GRANDES OPCÕES DO PLANO E PROPOSTA DO ORÇAMENTO PARA 2006,

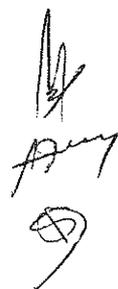
O **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção desejando as Boas Festas e Feliz Ano aos presentes. Relativamente ao ponto em discussão, começou por explicar que houve um grande esforço por parte da Câmara no sentido de elaborar a Proposta de Orçamento e das Opções do Plano até ao fim do ano, e que ao tomarem posse apenas no início de Novembro, não tinham tido tempo de se inteirar dos processos em curso e elaborar um Plano que reflectisse a sua política. Referiu que optaram por aproveitar a excepção prevista na Lei de entrega daqueles documentos até Abril, pelo que, solicitou a retirada do ponto, comprometendo-se a apresentá-lo para apreciação e discussão com brevidade.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, finda a intervenção do Presidente, informou que o segundo ponto ia ser retirado da ordem de trabalhos.

O deputado **Osvaldo Castro** referiu que compreendia as dificuldades da Câmara em apresentar o Plano e Orçamento naquela data, mas que não considerava correcto que o ponto fosse incluído na ordem de trabalhos. Neste sentido, comentou que ou a Câmara tinha procedido mal ao solicitar o agendamento de um assunto que ainda não tinha sido presente em reunião de Câmara, ou por sua vez tinha agido mal o Presidente da Assembleia, se por sua iniciativa tinha agendado um assunto sem que a Câmara o solicitasse.

O **Presidente da Assembleia** esclareceu que as convocatórias para a sessão da Assembleia Municipal de Dezembro foram enviadas com a antecedência prevista no Regimento e que nessa altura se previa deixar a sessão em aberto para discussão do

ponto, até dia 15 do mês seguinte. Disse que posteriormente receberam uma carta da área metropolitana de Leiria a marcar uma Assembleia Extraordinária para o dia 13, o que, contrariamente à expectativa inicial, implicava o termo da sessão de Dezembro, motivo pelo qual a Câmara agora retirava o ponto.



O deputado **João Saraiva**, informou que o Bloco de Esquerda não estava a ser contactado para a discussão do Plano de Actividades e Orçamento para 2006, quer das Câmaras Municipais, quer das Juntas de Freguesia, evocando o direito de oposição.

O **Presidente da Câmara** reforçou que era intenção da Câmara cumprir o que prometeu, e no âmbito de uma actuação democrática, pretendia ouvir todos os partidos da oposição. Acrescentou que estavam a preparar um primeiro esboço para depois, em cumprimento do estatuto da oposição, o discutirem num grupo mais alargado.

O Presidente da Assembleia anunciou que se ia passar ao 3º ponto.

PONTO TRÊS – “NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO E RETALHO E COMÉRCIO POR GROSSO EM LIVRE SERVIÇO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTOS COMERCIAIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTº 7º DA LEI Nº 12/2004 DE 30 DE MARÇO”

O **Presidente da Assembleia** recordou que no período anterior foi nomeado o deputado Rui Rodrigues para desempenho daquelas funções, questionando os deputados se pretendiam apresentar alguma proposta.

O deputado **João Saraiva** pediu que o esclarecerem se o elemento a nomear pela Assembleia para integrar a comissão, teria poder de decisão *per si* ou se traria os assuntos à Assembleia, para discutirem conjuntamente.

O deputado do PS, **Rui Rodrigues**, esclareceu que o membro eleito na Assembleia para integrar a Comissão, iria por si deliberar ou contribuir para as deliberações que fossem tomadas no seio da Comissão, sem ser necessário vir previamente à Assembleia Municipal. Acrescentou que trazia para entregar à Assembleia cópia das actas das reuniões decorridas durante o período em que esteve designado, bem como os documentos respeitantes à instalação de um novo estabelecimento comercial, que estava agora em apreciação pela Comissão.

O deputado **Saúl Fragata** apresentou uma proposta de nomeação do deputado José Luís Marques de Sousa em representação da Assembleia Municipal.

Não havendo mais propostas o **Presidente da Assembleia** anunciou que se ia passar à votação por escrutínio secreto do representante a nomear pela Assembleia. Recolhidos os votos procedeu-se à sua contagem resultando a nomeação do deputado José Luís Sousa com 13 votos favoráveis e dez votos em branco.

Findas as intervenções e nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 7º da Lei nº 12/2004, de 30-03, que estabelece o regime de autorização a que estão sujeitas a instalação e a modificação de estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso em livre serviço e a instalação de conjuntos comerciais, compete, mediante parecer prévio da DGE, à comissão de nível concelhio, conceder aquelas autorizações de instalação ou modificação.

A comissão municipal, é nos termos do nº 4 do artigo 7º daquele regime legal, composta entre outros, por um elemento indicado pela Assembleia Municipal do município onde se pretende instalar ou modificar o estabelecimento, assim,

A Assembleia Municipal delibera, nos termos do artigo 7º, nº 4, alínea b) da Lei nº 12/2004, de 30 de Março, designar como seu representante na Comissão Municipal para autorização de instalação e modificação de estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso em livre serviço e instalação de conjuntos comerciais, o seguinte elemento:

- Senhor, José Luís Marques Sousa

Esta deliberação foi tomada por maioria com 13 votos a favor, 0 votos contra e 10 votos em branco.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 23 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Que se encontra como anexo nº 3 à presente acta.

PONTO QUATRO – “ACTIVIDADE CAMARÁRIA”

O Presidente da Assembleia fez um alerta à Câmara Municipal que quando chovia, na estrada onde estavam instalados os armazéns do Ricardo Gallo, sita entre a estrada do cemitério e a Garcia, se formava uma poça de água enorme em toda aquela área.

O Presidente da Câmara começou por referir que o executivo actual estava numa fase de adaptação, de reestruturação de serviços e de tomada de conhecimento dos dossiers em curso, pelo que, o relatório de actividades apresentado compreendia actividades desenvolvidas pelo executivo anterior. Referindo-se a alguns dos dossiers em análise, começou por falar do novo edifício do mercado municipal, informando que estavam em curso diversos estudos, nomeadamente, o levantamento de todos os problemas detectados de forma a verificar os custos com a eventual correcção das irregularidades para posterior aprovação pelas entidades sanitárias. Acrescentou que outra preocupação da Câmara era ouvir os moradores daquela zona dado que o edifício foi construído num local que não estava previsto em PDM, e afectava os interesses e os direitos da população. Comentou que o construtor do edifício recentemente reclamou o pagamento de 45 mil contos referentes a trabalhos a mais, no entanto, aquele executivo desconhecia existirem deliberações ou outros documentos escritos que o comprovassem, pelo que, ainda era necessário estudar melhor aquelas questões. No respeitante aos terrenos do ACM na Portela, o Presidente disse que tinha conhecimento que estava um negócio em

marcha, mas aguardavam que fosse apresentado na Câmara um projecto para o local, para posterior discussão com os técnicos e com o executivo, a fim de emitirem opinião. Relativamente ao Parque da Cerca recordou que a CDU sempre manifestou a sua opinião desfavorável à construção naquele local, por considerarem que aquele espaço era de todos os marinhenses e não devia ser reservado apenas a quem tivesse dinheiro. Referindo-se à TUMG, disse que só trouxe dificuldades para a Câmara, nomeadamente encargos e despesas inúteis de que ninguém beneficiaria, constituindo um encargo muito gravoso para a Câmara e para a população. Esclareceu que o anterior executivo e a anterior administração da TUMG, contrataram a aquisição de mini-autocarros para os transportes colectivos da cidade, no entanto, disse desconhecer a existência de estudos que pudessem viabilizar de imediato a entrada em serviço dos transportes colectivos, nem a existência de verbas para que se procedesse ao pagamento dos mesmos. Informou que o actual Orçamento Geral de Estado consagrava que qualquer endividamento, incluindo empresas municipais, afectava o limite de crédito das autarquias, como tal, tiveram dificuldade em encontrar uma solução para a compra dos mini-autocarros. Esclareceu que apesar de não ser consensual, optaram por subscrever um empréstimo de leasing de forma a adquirir os autocarros, apetrechados para transporte de crianças, que nesse momento eram a maior necessidade da Câmara. Referiu que em virtude da anterior administração ter "caído" com as eleições e posteriormente ter pedido a sua exoneração, procederam à nomeação de uma nova administração, de forma a poderem avançar com os contratos de leasing. Comentou que o Vereador Artur Oliveira assumiu a posição de Presidente do Conselho até que houvesse uma solução alternativa para que a actividade da TUMG prosseguisse. Relativamente às análises aos terrenos do Parque da Cerca deu conta que ainda não era do conhecimento da Câmara os resultados das mesmas.

Seguidamente referiu outro problema com que este executivo se debatia e que era o de adaptar o funcionamento e o ordenamento do quadro de pessoal à forma de trabalhar e à política daquele executivo. Por fim, lembrou as dificuldades e restrições que se esperavam e que obrigariam a que o executivo tivesse um maior cuidado com a gestão da autarquia, no intuito de redução de despesas.

O deputado do PSD, **Pedro Silva**, questionou a Câmara se tinha alguma influência na intervenção que estava a ser feita na via, junto ao supermercado Plus, com a colocação de lancil e semáforos, ou se apenas dependia directamente de autorização do Instituto de Estradas ou da Direcção de Economia. Salientou que numa cidade que só tinha um acesso principal, era crítica qualquer intervenção que se fizesse, lamentando, se fosse esse o caso, que a Câmara nada pudesse dizer sobre a colocação de semáforos ou alterações nas suas vias principais.

A deputada do PS, **Isabel Ferreira**, começou por desejar as Boas Festas e Bom Ano a todos os presentes. De seguida referiu-se ao Parque da Cerca, questionando se havia alguma previsão quanto à recepção dos resultados das análises. Reforçou que se tratava de uma questão preocupante por se tratar de um problema de saúde pública e como estava em causa um espaço que era diariamente percorrido por centenas de jovens e crianças, e dado que em determinada altura foi uma notícia alarmante, estranhava que agora nada fosse informado.

O deputado **Fernando Alves** referiu que recentemente a comunicação social noticiara que os patos existentes no lago do Parque Mártires do Colonialismo estavam a morrer à

fome, questionando se alguém da autarquia era responsável pela alimentação daqueles animais. Informou que a água dos lagos do Parque estava escura, recomendando à Câmara que se fizesse alguma intervenção para melhorar o estado da mesma.

O deputado **João Saraiva** disse que considerava intolerável a situação do mercado municipal, e que não compreendia como é que os órgãos políticos da Marinha Grande estavam a tratar o assunto de forma leviana, tendo em conta as responsabilidades e os dinheiros públicos que envolvia. Neste sentido, disse que achava conveniente que os técnicos da Câmara, que participaram na projecção e nas decisões do novo espaço do mercado municipal, prestassem esclarecimentos à Assembleia.

A deputada do PS, **Catarina Castro**, começou por se referir ao mercado municipal. Deu conta que a partir de Janeiro ia entrar em vigor um regulamento comunitário sobre condições de higiene de venda de produtos alimentares que era directamente aplicável na ordem jurídica portuguesa, pelo que, a partir daquela data o actual mercado ia funcionar em condições mais ilegais. Acrescentou que a aplicação deste Regulamento traria implicações gravosas para a Câmara, no sentido de impor mais ónus, pelo não cumprimento de determinados requisitos, nomeadamente, o tipo de piso, condições de abastecimento de água, entre outros, que o actual mercado não cumpria. Disse que era urgente que se tomasse uma decisão, que na sua opinião passava pelo aproveitamento da nova estrutura para o mercado municipal. Referiu-se também ao assunto dos patos e da água dos lagos no Parque Mártires do Colonialismo, solicitando a intervenção do Sr. Presidente. No respeitante às análises ao Parque da Cerca, disse que era igualmente uma preocupação sua uma vez que era frequentadora daquele espaço, questionando sobre a situação actual e os projectos previstos para aquela área. Por fim, desejou aos presentes um Bom Ano.

O deputado **Pedro Silva** referindo-se aos terrenos da Cerca, esclareceu que a pedido da Mortensen, tinha recolhido as primeiras amostras num talhão de terra perto dos estaleiros, onde a empresa fazia o depósito de produtos químicos, e que se tinham detectado valores muito elevados de arsénio e chumbo. Disse que não se podia pronunciar quanto à restante área do parque, por não saber se houve transposição de terras de um lado para o outro. Acrescentou que não obstante a chegada do resultado das análises, não iriam ser possíveis conclusões fiáveis, porque para isso era necessário despende de milhares de contos.

O deputado da CDU, **José Luís**, referiu-se também às alterações junto ao estabelecimento Plus, dizendo que considerava que se devia, junto da Junta Autónoma, procurar eliminar aquelas barreiras e dar continuidade ao fluxo de trânsito que se pretendia para aquele local. Disse que considerava que uma prioridade do actual executivo devia ser para com os lugares do Concelho, nomeadamente ao nível das estradas, dado que nos últimos anos o executivo tinha dado prioridade apenas às obras do Centro. Acrescentou que esperava que o Plano e Orçamento que estavam em preparação fossem reflexo daquelas preocupações. No que dizia respeito ao mercado, disse concordar com a política da Câmara de em primeiro lugar enlencar os problemas e fazer um dossier completo para depois decidir algo. Acrescentou que não era possível fazer em dois meses aquilo que não tinha sido feito em 3 anos pelo anterior executivo. Por fim, questionou a Câmara relativamente à manutenção que era feita às ETAR's,

uma vez que no relatório era feita referência que os efluentes não estavam em conformidade com a legislação vigente.

O deputado **Rui Rodrigues** comentou as alterações efectuadas na via, junto à superfície comercial PLUS, com a colocação de lancil e sinais de trânsito, o que considerava que não iria ter muita durabilidade. Acrescentou que a sua preocupação não eram os obstáculos na via, porque permitiam criar zonas de mudança de direcção, mas antes o aumento do tráfego verificado no local, que na sua opinião devia ser bem analisado, de forma a encontrar uma melhor solução. Referiu-se também ao mercado, reforçando que de acordo com o Regulamento da União Europeia que ia entrar em vigor, o espaço onde o mercado funcionava actualmente não tinha quaisquer condições de funcionamento. Referiu que o preocupava o facto de existir uma infra-estrutura nova, construída de raiz e que permanecia fechada.

O deputado **Artur Marques** começou por se referir ao mercado municipal, dizendo que o tempo que este executivo teve em funções era insuficiente para resolver o problema. Acrescentou que se tratou de uma herança muito pesada do PS ao povo da Marinha Grande, sendo um exemplo da má gestão dos dinheiros públicos. Reforçou que era importante que se analisasse bem a questão, procurando reunir com todas as pessoas envolvidas de forma a chegar a um consenso, sugerindo que eventualmente se fizesse uma Assembleia para o efeito. Relativamente aos terrenos do campo da Portela, disse que era uma situação que devia interessar a todos dado que o ACM era o clube mais representativo do Concelho, e desenvolvia uma actividade desportiva muito importante. Comentou que o clube atravessava dificuldades financeiras, e que a possibilidade de venda dos terrenos poderia permitir a viabilização económica do clube. Por fim, referiu-se ao 18 de Janeiro, informando que a casa que tinha uma placa a dizer que o movimento tinha partido dali, estava completamente degradada, pelo que solicitava que se fizesse alguma intervenção no sentido de criar naquele espaço um Museu, que fosse representativo da importância daquele movimento, que continuava a caracterizar o povo da Marinha Grande.

A deputada **Catarina Castro** lembrou que a transição do mercado para o novo edifício só não se tinha concretizado devido a uma providência cautelar instaurada pelos vendedores do mercado, que foi presente a Tribunal, e que a questão fundamental se prendia com o número de m² dos lugares e respectivo preço. Relativamente aos problemas que estavam a ser levantados com as alterações na via junto ao Plus, disse que eram o resultado do acesso à Marinha Grande só ser feito por uma via, e que era urgente que se pensasse numa Circular. Acrescentou que ficou descansada por o deputado Pedro Silva ter dito que não se podia afirmar que todo o terreno da Cerca estava contaminado. Seguidamente, referiu-se a São Pedro de Moel, denunciando algumas situações que necessitavam de urgente intervenção por parte da Câmara Municipal, nomeadamente, a colocação de iluminação na zona pedonal, na direcção às piscinas, a existência de entulho e lixo permanente, a sujidade das escadas junto ao restaurante "O João", a falta de ajardinamentos adequados e a existência de muitos cães e gatos vadios pelas ruas.

O deputado **João Saraiva** disse que na sua opinião o problema do novo mercado era de operacionalidade e funcionalidade e se assim não fosse, que os técnicos da Câmara o viessem demonstrar. Reforçou a sua preocupação para com a questão de saúde pública

do mercado actual, solicitando a resolução daquele problema. Relativamente aos terrenos da Portela disse que não entendia como é que o ACM podia beneficiar com a colocação de uma grande unidade comercial naqueles terrenos, por ter a ideia que a posse do ACM sobre alguns lotes ser residual. A este respeito acrescentou que uma vez que aqueles terrenos estavam em zona nobre da cidade e dado que o PDM previa para aqueles lotes zona urbana, esperava que o actual executivo o mantivesse, de forma ao interesse geral prevalecer sobre o interesse particular. Por fim, referiu-se à região demarcada do vidro e aos problemas subjacentes, como os problemas financeiros da Vitrocristal, que punham em causa o futuro do sector vidreiro na Marinha Grande, pelo que considerava que se deviam discutir estas questões urgentemente.

O deputado **Oswaldo Castro** começou por congratular a atitude do Presidente da Câmara no respeitante à Comissão de Protecção de Menores, por considerar que demonstrou sensibilidade ao aceder à persistência da vereadora do pelouro, permitindo assim o funcionamento minimamente adequado daquela Comissão. Referindo-se ao mercado, solicitou que lhe facultassem os relatórios do Delegado de Saúde das visitas efectuadas quer ao mercado novo, quer ao mercado velho. Acrescentou que considerava incomportável para a Câmara a adaptação do mercado velho ao que agora era exigido por Lei e uma vez que estava localizado num edifício histórico (antiga fábrica de resinagem), era da opinião que não devia permanecer com aquela utilização. Referiu que a posição da CDU durante a Campanha Eleitoral tinha sido de ponderação da possibilidade de deslocação do mercado, embora admitisse que no momento mudassem de opinião. Deu conta que quando o mercado novo esteve aberto ao público, as pessoas que o visitaram consideraram que era boa solução, sobretudo do ponto de vista da higiene. Comentou que durante a Campanha Eleitoral, o PS tinha apresentado algumas propostas de melhoria no novo espaço do mercado, para resolução de alguns dos problemas detectados.

Relativamente à TUMG, esclareceu que por se tratar de uma empresa municipal, teve que ser precedido de um estudo, e que tinha ideia de ter sido feito. Dirigindo-se ao deputado Pedro Silva, e no respeitante à contaminação do parque da Cerca, disse que considerava grave que aquele nunca tivesse dito que a recolha que fez foi apenas na zona do estaleiro, induzindo uma jornalista em erro e servindo-se disso para propaganda eleitoral. Seguidamente, questionou a Câmara sobre o ponto de situação da futura instalação de um CAT na Marinha Grande e do futuro Centro Empresarial. Comentou que achava que não se devia afirmar de forma peremptória que os terrenos da Cerca, perante a possibilidade de serem urbanizados, nunca seriam utilizados, especialmente numa altura difícil para o País e em especial para as autarquias. Recordou que o anterior executivo tinha outro projecto para a zona da Cerca, no intuito de obtenção de receitas de capital. Acrescentou que nem sempre a venda de património era um acto de ruína, especialmente se o dinheiro fosse para aplicar em despesas de capital e em despesas de investimento. Reforçou que o PS iria fazer uma oposição firme e construtiva, apoiando as propostas que fossem importantes para o desenvolvimento da Marinha Grande e votando contra aquelas que considerasse um regresso ao passado. Por fim desejou um Bom Ano a todos os presentes.

O deputado **Pedro André** referiu-se ao mercado, dizendo que era uma herança da maioria do PS, que durante os anos não tinha resolvido o problema, e por isso não entendia agora a urgência. Disse que apesar de não ter conhecimento da existência de um parecer negativo do Delegado de Saúde relativamente ao novo edifício do mercado,

também desconhecia existir um parecer positivo e por isso não sabia em que termos aquele espaço poderia ter sido inaugurado. Em relação à contaminação dos terrenos do Parque da Cerca disse que esteve em causa uma decisão política relativamente a um problema técnico e que apesar do resultado das análises não ser totalmente fiável, era necessária precaução até que houvessem certezas.

No respeitante às alterações efectuadas junto ao Plus, solicitou à Câmara que tomasse algum procedimento devido ao caos que se verificava no trânsito naquela zona. Referiu que o PSD sempre defendeu que se fizessem circulares na Marinha Grande, mas que era necessário pensar as coisas de uma forma estruturada. Relativamente a São Pedro, sugeriu à Câmara que retirasse os sentidos proibidos que impediam a passagem de trânsito pela praça, lembrando que os marinhenses por tradição sempre fizeram aquele passeio. Reforçou que esta medida tal como outras, como acabar com os espectáculos e condicionar o estacionamento aos moradores, acabavam por fazer com que ao longo destes anos S. Pedro fosse restrito a alguns, e que não se democratizasse aquele espaço. Por fim, pediu à Câmara que prestasse alguns esclarecimentos relativamente às ETARS.

O deputado **Francisco Duarte** começou por se referir à política do Governo relativamente às autarquias, nomeadamente nos cortes efectuados no Orçamento Geral do Estado. Neste sentido, comentou que o Governo estava a secundarizar o trabalho que era feito pelas autarquias, não obstante aquelas serem responsáveis por 55% do investimento feito em Portugal. Seguidamente referiu que os lugares do Concelho da Marinha Grande estavam praticamente abandonados, salientando alguns dos seus problemas: saneamento, estado dos pisos, iluminação, entre outros.

O **Presidente da Câmara** em resposta a algumas solicitações que lhe foram colocadas, começou por se referir à obra da Ricardo Gallo, esclarecendo que se tratou de uma imposição feita aos técnicos para fazerem uma obra com uma dimensão maior do que estava inicialmente previsto e pelo mesmo preço, levando a uma deterioração da qualidade da mesma. Acrescentou que tendo em conta o tempo que dispuseram não houve oportunidade de estudar a questão em maior profundidade, mas que em futuras sessões procurariam esclarecer com mais precisão. Referindo-se às alterações na via junto à superfície comercial Plus, recordou que sempre foi contra a instalação daquela superfície, e que nos primeiros dias de mandato lhe foi solicitado que assinasse a licença de utilização respectiva, e como estava construído de acordo com o licenciamento, autorizou a emissão da licença, apenas por 6 meses, de forma a não prejudicar a inauguração, que decorria passados dois dias. Acrescentou que solicitou aos técnicos que fizessem um estudo da situação e dos problemas ali existentes, de forma a poder renegociar a situação, no sentido de aligeirar as dificuldades sentidas. Relativamente às análises ao Parque da Cerca, esclareceu que não tinham os resultados e que logo que fossem do seu conhecimento e se concluísse que era motivo de preocupação, iriam contactar as autoridades sanitárias de forma a evitar algum problema relacionado com a saúde pública. Relativamente à alimentação dos patos no lago existente no Parque Mártires do Colonialismo, disse que quando a notícia foi publicada na comunicação social, solicitou esclarecimentos e foi-lhe dito que os funcionários alimentavam periodicamente aqueles animais, para além de um padeiro se ter disponibilizado para dar as sobras de pão à Câmara, entregando-as junto dos serviços da Câmara, mas que depois não acompanhou mais o assunto. Disse que no dia anterior o problema tinha sido colocado ao nível de Assembleia de Freguesia, pelo que fizera uma comunicação por escrito ao responsável pela alimentação dos animais, recomendando que se verificasse a

veracidade dos factos e se tomassem medidas para que esta situação não se repetisse. No que dizia respeito à água do lago, disse que se tratava de um problema de falta de consciência cívica, dado que muitas empresas não tratavam os seus esgotos, e que a Câmara iria tomar algumas medidas, como a de melhorar a fiscalização, de forma a eliminar algumas das fontes de poluição. No respeitante ao ACM e terrenos da Portela, referiu que iam procurar actuar tendo em conta a defesa dos interesses da população, reforçando que se tratava de uma zona nobre do Concelho, pelo que era necessário tomar cuidado para não se cometerem erros, nomeadamente ao nível da urbanização. Quanto ao edifício novo do mercado disse que na sua opinião os responsáveis não eram os técnicos da Câmara, mas os colegas autarcas responsáveis da altura, uma vez que os técnicos apenas respeitavam as orientações dos seus responsáveis políticos. Acrescentou que com a perspectiva de entrada em vigor da recente legislação comunitária, se por um lado não era sustentável a manutenção do mercado no local em que se encontrava, por outro, a transferência para o novo edifício não era a solução, em virtude de não oferecer igualmente condições, e não ser do agrado dos principais visados. Referiu que o tempo que dispuseram não foi suficiente para esgotarem todas as possibilidades de resolução do problema e que era uma situação que ainda estava em estudo. Referindo-se aos terrenos da Cerca, disse que não era património para ser vendido ou para resolver problemas de má gestão, mas antes para usufruto de toda a população. Reforçou que iriam actuar sempre para que não houvesse qualquer construção, e que iriam manter o comportamento democrático de discutir qualquer questão, no seio do executivo e da Assembleia Municipal. No respeitante à casa em Casal Galego donde partiu o movimento do 18 de Janeiro, disse que via com agrado a proposta de recuperação daquele espaço e adaptação do mesmo a Museu. Referindo-se a São Pedro de Moel, disse que, com a colaboração dos deputados, o executivo ia mudar a face de São Pedro de Moel: relativamente às queixas da falta de iluminação ia tomar nota para verificar; a existência de entulho e lixo era uma situação praticamente ultrapassada; comentou que os animais ali abandonados eram o resultado da falta de civismo de algumas pessoas, e que estavam a procurar uma solução em conjunto com a Associação Protectora dos Animais; e no respeitante à circulação de automóveis na praça, disse que apesar de não ser uma situação urgente, teria o assunto em consideração. Referindo-se à região demarcada do Vidro, disse que não obstante não terem tido oportunidade para analisar e estudar melhor a situação, era uma questão que os preocupava. Informou que a situação da Vitrocristal era efectivamente grave e que aquela associação de empresas, apesar das verbas dispendidas em projectos, era devedora quer de algumas empresas associadas quer da própria Câmara.

Referindo-se ao Centro Empresarial, informou que as obras estavam paradas, o que não podia ser imputado àquele executivo. Esclareceu que a empresa responsável pela construção, estava em processo de falência, não detendo condições nem técnicas nem económicas para a finalização da obra. Deu conta de uma proposta daquela empresa, de ceder o direito de adjudicação a uma outra, conforme previsto na Lei, ao que a Câmara tinha respondido que teria que saber que empresa, mas que se oferecesse credibilidade técnica e financeira, era provável que aceitassem. Neste sentido, disse que era menos oneroso para a Câmara a proposta do que a empresa abandonar a obra e ter que lançar um novo concurso.

O Vereador **Artur Oliveira** começou por dizer que apesar de alguns dos problemas em causa estarem atribuídos ao seu pelouro, não eram da sua responsabilidade, mas tinha a responsabilidade de encontrar soluções para os resolver, pelo que, solicitou serenidade

aos deputados para em conjunto encontrarem soluções. Referindo-se ao mercado novo, recordou que sempre foi crítico, quer quanto à sua localização, que pela forma como foi conduzido todo o processo, em que o executivo anterior negociou com uma empresa, sem dar oportunidade a outros de concorrer, e sem consulta aos verdadeiros interessados, os vendedores. Deu conta dos diversos problemas no novo mercado, nomeadamente, na colocação de mercadorias e no transporte por elevador, para efeitos de abastecimento, agravado por a média de idades dos vendedores ser 70 anos. Outro problema detectado era que de acordo com o regulamento do mercado, os vendedores passavam a ser obrigados a utilizar o mercado permanentemente sob pena de perderem o direito ao lugar, o que os obrigava a adquirir mercadoria aos abastecedores. Explicou que enquanto no mercado velho, aqueles tinham as mercadorias perto e compravam à medida que necessitavam, no mercado novo aquela situação não se manteria. Referiu que o investimento no novo mercado foi superior a 500 mil contos, e dado que as receitas mensais do mercado eram de cerca de 2 mil e 30 euros por mês, para que se rentabilizasse aquele investimento, teriam que se vender o m² a valores superiores. Disse que para que o novo mercado funcionasse, considerando os gastos com energia eléctrica e funcionários, teria um custo superior a 2 mil contos mês. Deu conta que nas condições actuais nenhum vendedor queria ir para o mercado novo, pelo que era necessário encontrar uma solução para aquele espaço. Comentou que tal como referido pela deputada Catarina Castro, a entrada em vigor de um novo regulamento comunitário implicaria restrições ao funcionamento de mercados e superfícies de venda ao público, reforçando que era uma questão que o preocupava e à qual se devia dar cumprimento. Disse que quando teve conhecimento da legislação, reuniu com o Subdelegado de Saúde e com o veterinário, e em deslocação ao espaço do novo mercado, aqueles disseram que não davam a sua aprovação, sugerindo algumas beneficiações naquele espaço, nomeadamente, arranjo no pavimento e nas paredes, entre outros. Alertou ainda que o sítio onde funcionava o mercado actualmente, antiga fábrica de resinagem, era propriedade do Estado, que foi cedido à Câmara enquanto utilidade para mercado. Neste sentido disse que considerava que a Câmara devia ter procurado legalizar aquela situação, antes de despende de dezenas de milhares de contos a fazer projectos para aquele espaço. De forma a poderem tomar uma posição, o vereador convidou todos os deputados a deslocarem-se às instalações do mercado.

No que dizia respeito às análises ao parque da Cerca, esclareceu que ia ser feita uma nova recolha no mês de Janeiro próximo, por o resultado das análises anteriores não ser favorável. Disse que à data, não podiam garantir que não houvessem problemas em virtude da camada de detritos perigosos estar soterrada. Relativamente às ETAR's reforçou que a situação era grave e tinha que ser resolvida com celeridade. Referiu-se também ao mau estado das estradas nos lugares, dizendo que nos últimos anos não foram feitos investimentos suficientes, mas que estavam atentos e procurariam satisfazer aquelas pessoas. Em resposta a algumas das questões referentes a São Pedro de Moel, começou por dizer que estavam a preparar uma acção de limpeza e de melhoramentos naquele local a realizar em Janeiro/Fevereiro do ano seguinte; no respeitante à iluminação disse que iam averiguar a situação e que o problema com os animais vadios, cães e gatos, era transversal a todo o Concelho, não tendo ainda solução. No que dizia respeito ao Centro Empresarial, esclareceu que não tinha feito qualquer negócio e que nunca foi sua intenção entregar o projecto sem concurso público, apesar de o terem dito. Relativamente à TUMG disse que não se conseguia encontrar uma solução, pelo que considerava preferível a sua extinção, de forma a não haver mais gastos inúteis de dinheiros públicos. Acrescentou que consultando o director da TUMG, constataram que

não foi feito qualquer estudo de viabilidade dos transportes públicos nos últimos três anos, para além de outras irregularidades detectadas, que não eram da sua responsabilidade. Reforçou que apenas assumiu o lugar na administração da TUMG enquanto não fosse encontrada uma solução.

O **Presidente da Câmara** esclareceu que apesar das diligências que fez não conseguiu encontrar um estudo prévio da TUMG, e que a existir com certeza era um mau estudo considerando os maus resultados de gestão obtidos. Relativamente ao edifício do novo mercado, comentou que não obstante o parecer favorável dos bombeiros e outros técnicos, o edifício em si não era o mesmo que constava do projecto inicial, porque foram feitas alterações.

O vereador **Alberto Cascalho** começou por se referir a alguns problemas do sector do Urbanismo, nomeadamente, o facto de existirem cerca de 500 processos para análise, alguns desde 1990, que eram uma prioridade daquele executivo. Referiu também outros problemas devido à enorme dispersão dos diversos serviços, secretaria de obras, cadastro, planeamento urbanístico, arquitectos, infraestruturas e rede viárias, que necessitavam de estar em articulação permanente. Acrescentou que outro problema era o facto da Câmara, no que dizia respeito a planeamento urbano, estar destituída de instrumentos de gestão urbanística, dado que após a integração da freguesia da Moita se devia ter providenciado a revisão do PDM. Deu conta que o processo foi iniciado pelo anterior executivo em finais de 2005, com algumas sessões públicas preparatórias. Neste sentido, disse que a Divisão de Planeamento Urbano estava a analisar o trabalho que foi iniciado, e que tinham estabelecido com as várias chefias iniciar o processo de revisão do PDM em Janeiro de 2006.

Seguidamente, e de forma a esclarecer o ponto de situação dos pedidos de instalação de novos estabelecimentos comerciais no Concelho, começou por se referir ao Dia/Minipreço, que numa primeira fase foi objecto de apreciação pela Câmara, no respeitante à localização, e que agora ia ser submetido à aprovação pela Comissão Municipal. Relativamente ao estabelecimento Feira Nova, cuja localização pretendida confinava com a do Minipreço, informou que ainda estava para apreciação em reunião de Câmara. Referiu que já foi aprovada, numa primeira fase, a instalação de um novo estabelecimento do grupo Intermarché, a instalar nas traseiras do Auditório Municipal da Assembleia. Por fim, esclareceu ainda que apesar da reunião tida com a direcção do ACM, a Câmara Municipal ainda não possuía nenhum pedido formalizado do grupo Leclerc, pelo que não se podiam oficialmente pronunciar acerca do pedido.

O deputado **João Saraiva** interrompeu a intervenção para questionar se havia algum Plano de Pormenor para os terrenos do ACM, sitos na Portela, ou se tinham em conta a designação geral inscrita em PDM.

O **Presidente da Câmara**, em resposta ao deputado, esclareceu que nos últimos 12 anos, não tinha havido preocupação por parte do executivo por elaborar Planos de Pormenor, informando que havia um loteamento aprovado para aquela zona.

O deputado **Oswaldo Castro**, a título pessoal, chamou a atenção do executivo e do actual representante eleito para integrar a Comissão Municipal sobre as eventuais consequências negativas para o comércio tradicional da implementação daqueles novos espaços no Concelho, alertando para que se ponderassem muito bem futuras decisões.

Acrescentou que a melhor forma do comércio tradicional se defender era aproveitar o edifício da resinagem, onde estava a funcionar o mercado, tornando-o um grande factor de polarização a partir dos comerciantes locais.

Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao público presente.

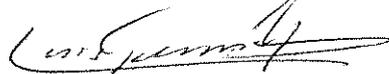
Da parte do público interveio o Sr. **Emércio Garcia**, na qualidade de representante do condomínio da Rua Vasco da Gama, apresentando as reivindicações dos moradores relativamente ao excesso de ruído do Bar- Discoteca Fábrica da Palha, assim como a violência e vandalismo, devido ao excesso de álcool depois da hora de encerramento do estabelecimento. Questionou o Presidente da Câmara até quando esta situação se iria manter ou se tal como prometido iam repor as ilegalidades do anterior executivo para que todos os cidadãos tivessem qualidade de vida no Concelho.

O **Presidente da Câmara**, em resposta ao Sr. Emércio Garcia, disse que existiam 16 participações na Câmara contra o Bar- Discoteca Fábrica da Palha, as quais não tiveram consequências. Deu conta que o proprietário do estabelecimento solicitou autorização à Câmara para prolongamento do horário, o qual foi recusado em reunião de Câmara. Disse que não obstante tratar-se de um problema complicado, a Câmara estava a actuar de acordo com a Lei, reforçando a sua promessa de resolução do problema procurando todas as alternativas que a Lei permitisse.

Findas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal anunciou aos deputados que se encontravam convocados para uma sessão extraordinária, no próximo dia 13 de Janeiro, pelas 20h30, a fim de votarem a constituição da Assembleia para a área metropolitana da AMLEI.

Por nada mais haver a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada, pelas duas horas, a sessão, cuja acta será assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

O Presidente da Assembleia Municipal



A 1ª Secretária



O 2º Secretário

